

## ANEXO V

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2023

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023, no MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, registram-se o(s) preço(s) da empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, para **contratação de serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável ou errantes, de ambos os sexos, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados ou recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo**, decorrente da realização do **Pregão Eletrônico nº 140/2023**. As especificações técnicas constantes no **Processo Administrativo nº 2265/2023**, assim como os termos da Proposta Comercial – Anexo III, e demais Anexos do edital de licitação, integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	Castração e chipagem O valor estimado a ser pago deve levar em conta: Fornecimento e manutenção de todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços incluindo leitor de microchip. Os procedimentos deverão ser realizados em caninos e felinos de ambos os sexos, castração pediátrica e de todos os demais em idade reprodutiva, sem importar raça, desde que estejam em condições clínicas para realização do procedimento.		Unitário	2100		
02	Castração, chipagem e internação O valor estimado a ser pago deve levar em conta:		Unitário	150		

	Fornecimento e manutenção de todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços incluindo leitor de microchip. Castração e chipagem em clínica licitada com internação, medicação e alimentação necessária para sua recuperação durante dois dias, para no máximo 150 felinos e caninos do sexo masculino, castração pediátrica e de todos os demais em idade reprodutiva, sem importar raça, desde que estejam em condições clínicas para realização do procedimento, em estado de rua que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SSUBEA.					
03	<p>Castração, chipagem e internação</p> <p>O valor estimado a ser pago deve levar em conta:</p> <p>Fornecimento e manutenção de todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços incluindo leitor de microchip. Castração e chipagem em clínica licitada com internação, medicação e alimentação necessária para sua recuperação durante sete dias, para no máximo 150 felinos e caninos do sexo feminino, castração pediátrica e de todos os demais em idade reprodutiva, sem importar raça, desde que estejam em condições clínicas para realização do procedimento, em estado de rua que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SSUBEA.</p>		Unitário	150		
						TOTAL

## 1 DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

## 2 DO PRAZO DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - O prazo de vigência do registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços, não podendo ser prorrogada.

## 3 FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O CONTRATO a ser celebrado tem por objetivo a contratação de serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável ou errantes, de ambos os sexos, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados ou recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo.

3.2 A execução dos procedimentos cirúrgicos de castração com microchipagem deverá ocorrer de segunda à sábado, no período compreendido entre os horários de 08:00 às 17:00, salvo na hipótese de modificação com prévia concordância de ambas as partes.

3.3 Os procedimentos cirúrgicos deverão ser realizados por profissional(is) médico(s) veterinário(s) devidamente inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária competente.

3.3.1 O estabelecimento médico-veterinário contratado deverá realizar avaliação pré-cirúrgica através de exame clínico ou outros procedimentos que se mostrarem necessários, para avaliação preliminar dos animais a serem submetidos ao processo de esterilização cirúrgica;

3.4 É necessário que o licitado tenha em sua posse os seguintes produtos ou similares:

VAPORIZADOR ISO CALIBRADO, DL330 Doppler, DL740 – ANESTESIA INALATÓRIA COM VENTILAÇÃO COM PEDESTAL – VET, FOCO CIRÚRGICO BICOLOR DE 12 LEDS, DL1000 – MONITOR MULTIPARAMÉTRICO 9 PARÂMETROS TOUCH VET

Além de, no mínimo, material básico de fluidos, medicamentos trans e pós-operatório, porta agulha, pinças hemostáticas curvas, pinças hemostáticas retas, pinças Backaus, tesoura cirúrgica romba-fina, pinça anatômica dente de rato, pinça anatômica sem dente, gancho de castração(Snook), cabo de bisturi, lâmina descartável, aparelho para tosa, lâminas para tricotomia, garrotes, focinheiras, autoclave, aventais cirúrgicos, pares de luvas estéreis, cuba de antissepsia, campo cirúrgico grande (1,20x1,20m), campo cirúrgico pequeno (1,20x1,0m), compressas cirúrgicas, pacote de gaze estéril, lâminas de bisturi (uso único), tapetes higiênicos (que podem ser substituídos por SMS), álcool 70, almotolia, Gliconato Clorexidina Degermante à 2%-litro, água-oxigenada 10% - litro, desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos, sabonete líquido, esparadrapo rolo, algodão hidrófilo, equipo macrogotas, cateter, soro, seringas, agulhas, bem como todos os equipamentos, insumos e medicamentos necessários para a realização satisfatória e segura do procedimento cirúrgico.

3.4.1 Os instrumentais a serem utilizados nos procedimentos cirúrgicos deverão estar devidamente esterilizados e disponíveis no centro cirúrgico em quantidade suficiente para atender ao quantitativo de animais submetidos e agendados para a realização do procedimento de castração com implantação de microchip.

3.4.2 Todos os materiais e medicamentos utilizados deverão possuir registro junto ao Ministério da Saúde ou Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com indicação de

uso aos procedimentos realizados;

3.4.3 Para realização dos procedimentos cirúrgicos deverão ser empregadas, preferencialmente, anestésias inalatórias, caso seja considerada a utilização de anestésicos gerais ou dissociativos, deverão ser utilizados, obrigatoriamente, analgésicos opióides.

3.4.4 As técnicas de antissepsia do animal, do cirurgião e auxiliar, quando necessário, higienização do ambiente e esterilização dos materiais devem ser respeitadas.

3.4.5 Todas as pessoas que estiverem participando do ato cirúrgico devem estar devidamente paramentadas (gorro, máscara, pijama e avental cirúrgico). Os campos cirúrgicos devem estar previamente esterilizados e serem de uso individual (um campo cirúrgico por animal).

3.4.6 A licitante vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para a execução dos procedimentos cirúrgicos, tais como: pré-anestésicos, anestésicos, material de enfermagem, fios de sutura, oxigênio para equipamentos de anestesia inalatória, medicamentos para pré e pós-operatório e todos os demais insumos que se fizerem necessários aos procedimentos.

3.4.7 Todos os atos médicos-veterinários devem ser executados exclusivamente por médico-veterinário legalmente habilitado, conforme o previsto na Lei nº 5.517/1968 e demais disposições regulamentares;

3.4.8 Os procedimentos de castração e implantação de microchip devem ocorrer em ambiente fechado, restrito, de tamanho compatível com o número e fluxo de animais a serem atendidos por fase do procedimento;

3.4.9 As instalações devem respeitar os fluxos de área limpa e não limpa e impedir o cruzamento de materiais sujos e limpos;

3.4.10 As salas designadas como centro cirúrgico deverão ser estruturadas de forma que permita completa higienização prévia, compatíveis com o rigor da assepsia cirúrgica e, posterior, minimizando riscos de disseminação de doenças ou contaminação ambiental, especialmente no que tange à saúde pública;

3.4.11 Para a cirurgia deve-se utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e uso individual, para cada procedimento cirúrgico. Os panos de campo cirúrgico utilizados

devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS, sempre estéreis.

3.4.12 Todos os fármacos administrados, assim como o peso e a identificação do animal (no caso de identificação eletrônica) devem ser registrados nos prontuários e afixados nas gaiolas individuais;

3.4.13 Os integrantes das equipes de trabalho deverão estar devidamente identificados, uniformizados e utilizar, quando necessário, equipamentos de proteção individual;

3.4.14 São obrigatórios os seguintes procedimentos: anamnese e exame clínico prévios, à elaboração de prontuário individual e a formalização das autorizações;

3.4.15 Todos os envolvidos com os procedimentos cirúrgicos e auxiliares que permanecerem dentro do ambiente cirúrgico devem usar gorro, máscara, roupa cirúrgica ou avental específico;

3.4.16 Os cirurgiões e auxiliares de cirurgia devem usar avental cirúrgico e luvas cirúrgicas, ambos estéreis, para cada procedimento cirúrgico.

3.4.17 Os panos de campo cirúrgico de tecido ou não tecido (TNT – tecido não tecido ou SMS - spunbond meltblown spunbond) utilizados na área cirúrgica devem ser esterilizados e de uso exclusivo por animal e por procedimento;

3.4.18 Deve-se respeitar as técnicas de antisepsia nos animais e equipe cirúrgica, bem como utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e de uso individual, para cada procedimento cirúrgico;

3.4.19 É obrigatório o uso de analgesia no trans e pós-operatório.

3.4.20 A equipe de trabalho deve estar preparada para os procedimentos de emergência e dispor de equipamentos, materiais e fármacos básicos para o suporte da vida dos animais;

3.4.21 Os animais devem ficar sob a assistência médico-veterinária durante o período de pós-operatório imediato (até sua liberação para o responsável);

3.5 A contratada deverá liberar os animais para seus responsáveis, somente após estes estarem com seus reflexos protetores restabelecidos e com tônus cervical. No caso de animais em estado de rua, a licitada deverá liberá-los somente após a medicação e o tempo necessário de recuperação, que entende-se ser de 07 (sete) dias para fêmeas e 02 (dois) dias para machos;

3.5.1 Deverá ser garantida pela contratada a assistência do pós-operatório dos animais, até seu pronto restabelecimento do procedimento cirúrgico e anestésico.

3.5.2 No ato da entrega do animal aos seus responsáveis estes devem receber da contratada, por escrito, recomendações sobre a acomodação e alojamento dos animais no período de recuperação e restabelecimento cirúrgico, orientações e cuidados de enfermagem para evitar a deiscências de suturas e da contaminação da ferida cirúrgica além de receita prescrevendo antibióticos ou outros fármacos que se fizerem necessários que ficaram sob o encargo do tutor.

3.5.3 As informações do responsável pelo animal (nome, CPF/CNPJ, endereço), dados de identificação (nome, procedência, espécie e sexo) e condições do animal atendido deverão ser registradas e disponibilizadas ao Município e aos órgãos fiscalizadores;

3.5.4 Antes do procedimento cirúrgico, o tutor/responsável deverá assinar um Termo de Autorização para a realização de procedimentos cirúrgicos e anestésicos (Resolução CFMV nº 1.071/2014). Além disso, o tutor/responsável deverá assinar um Termo de Responsabilidade, no qual constarão as recomendações a serem seguidas após a cirurgia. Ambos os termos devem ser assinados pelo tutor e pelo médico-veterinário;

3.5.5 Compete, exclusivamente, aos médicos-veterinários autorizar a liberação do animal para acompanhamento do tutor/responsável;

3.5.6 O médico-veterinário deverá garantir assistência ao animal durante o pós-operatório imediato, em torno de 1(uma) a 2(duas) horas;

3.5.7 O médico-veterinário deverá prescrever medicamentos de pós-operatório (antiinflamatório e analgésico), garantindo um pós-operatório sem dor ou desconforto. É indispensável orientar ao tutor/responsável sobre o uso da roupa cirúrgica ou colar elizabetano para proteção da ferida cirúrgica, evitando qualquer interferência por parte do animal;

3.5.8 O animal será liberado apenas após o completo retorno anestésico, após exame dos parâmetros vitais, da ferida cirúrgica e pleno restabelecimento dos reflexos protetores, normalização das suas atividades como consciência, manter-se em estação e deambular;

3.5.9 O tutor/responsável deve ser orientado sobre a retirada dos pontos cutâneos;

3.6 Deve ser feita a classificação, armazenamento, tratamento, coleta e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados pela atividade de acordo com a

legislação federal, estadual e/ou municipal vigente. O local deve passar por limpeza prévia e posterior;

3.7 Para o procedimento de Microchipagem que ocorrerá durante a castração, deverá a empresa respeitar tais **CARACTERÍSTICAS DO MICROCHIP- PODENDO SER SUBSTITUÍDO POR SUPERIOR**, mediante avaliação técnica prévia e justificada pelo servidor designado para a exercer a atribuição de fiscal.

Diâmetro: 1.25 m m

Comprimento: 7.0 m m

Material: Bio Glass 8625

Revestido por uma substância antimigratória chamada Parylene Peso: 9 m g

Frequência: 134,2 KHZ, tecnologia FDX-B

Cumprecom as normas ISO 11784, ISO 11785 e a ISO 14223

3.7.1 A licitante vencedora deverá fornecer, para a prestação satisfatória do serviço, todos os equipamentos, instrumentais e insumos necessários para implantação do microchip, inclusive, leitor de microchip, em regime de comodato e compatível com o dispositivo implantado nos animais castrados, pelo período que perdurar a contratação.

3.8 No final de cada mês deverá ser entregue à contratante os dados cadastrais do microchip bem como a ficha e prontuário da castração.

3.9 É de responsabilidade do estabelecimento médico-veterinário contratado elaborar relatórios periódicos (mensais) dos procedimentos realizados com a indicação do número de procedimentos realizados no período, identificação dos animais submetidos aos procedimentos realizados no período, de acordo com o cadastramento fornecido pela SUBBEA.

3.10 A contratada deverá disponibilizar telefone de contato para orientações relativas ao período pós-operatório para que a SSUBEA entre em contato para marcar retorno quando houver complicações cirúrgicas.

3.11 Toda manutenção deverá ser realizada em conformidade com os órgãos reguladores e fiscalizadores (ANVISA, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, INMETRO, IPEM etc) ou ainda conforme orientação do MINISTÉRIO DA SAÚDE, com a emissão do respectivo certificado quando for necessário.

3.12 Para a execução dos serviços o estabelecimento médico-veterinário contratado deverá

dispor de estrutura física adequada em conformidade com a legislação específica em vigor; documentos que comprovem a regularidade para o exercício da atividade de estabelecimento médico veterinário junto aos setores competentes da municipalidade (alvará e licença de funcionamento e licença sanitária), certificado de registro junto ao Conselho de Classe com anotação de responsabilidade técnica; quadro de pessoal composto por profissionais capacitados para executar todas as etapas dos procedimentos e em quantidade suficiente;

### **3.13 LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.13.1 Os serviços serão prestados na sede do estabelecimento médico-veterinário ganhador do processo licitatório, que deverá estar situado no Município de Nova Friburgo.

## **4 CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O fornecedor registrado poderá ter o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

4.2 - O cancelamento do seu registro poderá ser:

4.2.1 - A pedido do próprio, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da ata, pela ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

4.2.2 - Por iniciativa do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO:

4.2.2.1 - Quando o fornecedor registrado:

a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) descumprir as obrigações decorrentes da ata de registro de preços;

d) não retirar a nota de empenho, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, sem justificativa aceitável;

4.2.2.2 - Pela superveniência de razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

4.2.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO DE NOVA



FRIBURGO fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará aos proponentes a nova ordem de registro.

## **5 CADASTRO DE RESERVA**

5.1 – Não houve participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.

**OU**

5.2 – Conforme registrado no Anexo A dessa Ata de Registro de Preços, também fica formalizado o Cadastro de Reserva de Reserva do(s) fornecedor(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, com preços iguais ao do licitante vencedor, havendo cancelamento de registro e seguindo a ordem de classificação final no certame, por item/grupo do objeto (se for o caso) pelo período remanescente da vigência originalmente prevista para o registro de preços.

5.3 – A formação de Cadastro de Reserva vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação.

5.4 – A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no Cadastro de Reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital de licitação.

5.5 – Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro de Reserva, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

## **6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

6.2 Comete infração administrativa:

6.2.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

6.2.2 Apresentar documentação falsa;

6.2.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.2.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.2.5 Não manter a proposta;

6.2.6 Cometer fraude fiscal;

6.2.7 Comportar-se de modo inidôneo;

6.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.4 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa:

6.4.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

6.4.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

6.4.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

6.4.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

6.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

6.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

6.7 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

6.8 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

6.9 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei n° 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

7.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as obrigações preestabelecidas;

7.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

7.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

7.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à contratada;

7.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.1.7 Promover os agendamentos das cirurgias, sob o encargo da SSUBEA, nos dias e horários estabelecidos em acordo com a CONTRATADA;

7.1.8 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

8.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

8.1.1 Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

8.1.2 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

8.1.3 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

8.1.4 Manter a prestação dos serviços, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação;

8.1.5 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

8.1.6 Dispor de um médico veterinário para supervisão do projeto. Este médico veterinário deverá ter a competência mínima designada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária. Esta exigência se adequa à necessidade da SSUBEA, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;

8.1.7 Arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais;

8.1.8 Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: botas, luvas, máscaras e outros;

8.1.9 Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município de Nova Friburgo,

qualquer funcionário que, por solicitação da fiscalização da CONTRATANTE, não deva continuar a participar da execução dos serviços;

8.1.10 Fornecer e manter todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços.

8.1.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente.

8.1.12 Comunicar ao Departamento Municipal de Saúde a Vigilância Sanitária, ambiental e a SSUBEA, no prazo de máximo de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada à CONTRATANTE, garantindo o acesso dos profissionais a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

8.1.14 Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência advinda da prestação dos serviços, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

8.1.15 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, animais ou bens de terceiros;

8.1.16 Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer. Além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações pertinentes ao seu ramo de atividade;

8.1.17 Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

8.1.18 Não permitir a utilização de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos;

8.1.19 Responder por todo e quaisquer ônus decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes

aos créditos decorrentes do contrato decorrente do presente Termo de Referência

8.1.20 A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realizarão os serviços. A equipe deverá conter no mínimo:

- 01 veterinário
- 01 auxiliar veterinário
- Cabe lembrar que o veterinário, obrigatoriamente, deverá ser devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CFMV e com experiência na área. Todos os profissionais acima relacionados em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;

8.1.21 Fornecer à SSUBEA os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da SUBBEA;

8.1.22 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

8.1.23 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços;

8.1.24 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

8.1.25 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

8.1.26 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, através da SUBSECRETARIA DO BEM ESTAR ANIMAL.

8.1.27 A ação ou omissão total ou parcial do Órgão Fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de executar os serviços, com toda a cautela e boa técnica e restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

## **9 INSTRUMENTO DE AJUSTE**

9.1 – A licitante vencedora será convocada para retirada da Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e/ou a celebração do contrato, nos termos da minuta constante do ANEXO VI deste edital, conforme o caso.

9.2 - Quando do comparecimento da empresa para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

9.3 - A licitante vencedora ficará obrigada a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal.

9.4 - O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

9.5 - Como condição para retirada da Nota de Empenho e/ou celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

9.6 - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da Nota de Empenho de Despesa, quando esta substituir o instrumento contratual, nas hipóteses previstas na lei.

9.7 - Caso a licitante vencedora não compareça para assinatura do instrumento contratual, ou a recusa injustificada em retirar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação estará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a desistente às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo das multas estabelecidas neste edital, no contrato e das demais cominações legais.

9.8 - Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, conforme previsto nos incisos XXIII e XVI, do artigo 4º da Lei Federal 10.520/02.

## 10 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.00
<b>Fonte de Recurso:</b>	00
<b>Programa de Trabalho:</b>	14005.1854200292.076

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001**

## 11 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento da despesa será efetuado conforme preleciona o Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

11.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3 FGTS;

11.1.4 PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

11.1.5 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

11.1.6 Estadual CND – referente ao ICMS;

11.1.7 Art. Válida do responsável pelos procedimentos;

11.1.8 Ficha apresentando as prestações dos serviços licitados, bem como o número do microchip com os dados cadastrados;

11.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o **CONTRATANTE** efetuar o pagamento do valor devido;

11.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 12 - CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



12.2 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

\_\_\_\_\_  
Andréa Duque Estrada Ribeiro Azevedo  
Matrícula: 062893

Secretária Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Urbano Sustentável

\_\_\_\_\_  
Empresa

#### **CADASTRO DE RESERVA – ANEXO A DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Ficam registrados os preços dos licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.



XXª Classificada			
Empresa:			
Endereço:			
CNPJ:	E-mail:		Telefone:

ITEM	Nº REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
...						
TOTAL REGISTRADO						

\_\_\_\_\_  
Andréa Duque Estrada Ribeiro Azevedo

Matrícula: 062893

Secretária Municipal de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Urbano Sustentável

\_\_\_\_\_  
Empresa

\_\_\_\_\_  
Empresa